

O PERIODISMO GAÚCHO NO SÉCULO XIX: BREVES IMPRESSÕES HISTÓRICAS

FRANCISCO DAS NEVES ALVES*

RESUMO

Breve abordagem histórica acerca do processo de formação da imprensa no Rio Grande do Sul, desde a sua gênese, nas primeiras décadas do século XIX, fortemente articulada com o processo de fermentação revolucionária, e ao longo dessa centúria, perpassando por suas diversas etapas de crescimento e diversificação.

PALAVRAS-CHAVE: periodismo, Rio Grande do Sul, história

A invenção trazida à luz por volta de 1450 em Mainz, na atual Alemanha, ainda que fosse resultado de técnicas que se desenvolviam há mais tempo, sobretudo no Oriente, viria a constituir um dos significativos pontos de inflexão na história mundial, de modo que o invento de Johann Gutenberg marcaria uma trilha inexorável na evolução da humanidade. Desde os prelos originais até a contemporânea mídia eletrônica, o convívio com a informação passou a representar uma faceta do cotidiano das sociedades. Ainda que se discuta no campo historiográfico se o advento da imprensa teria constituído uma “revolução” na história da humanidade, tendo em vista seus efeitos, contra-argumentando-se que esta ação se teria desenvolvido através de séculos e, portanto, não corresponderia a uma revolução no seu sentido estrito, o certo é que as atividades tipográficas desde os séculos XV e XVI e a imprensa periódica propriamente dita, notadamente desde o final dos Setecentos e mais especificamente a partir da centúria seguinte, consistiriam em elemento intrínseco às vivências das comunidades humanas.

Era de transições, os tempos modernos trariam uma série de transformações no devir social, demarcando-se a passagem da Idade Média à modernidade. Essas mudanças constituíram-se a partir de fenômenos interativos e relacionados entre si, e em todas elas a invenção de Gutenberg exerceria primordial papel. A formação dos

* Professor do ICHI-FURG. Doutor em História – PUCRS.

Estados Nacionais, a ascensão da burguesia, a expansão marítimo-comercial e colonial europeia, a Reforma e a Contra-Reforma e o Renascimento viriam, em conjunto, a exigir um aprimoramento no sistema de informações, um aperfeiçoamento nas formas de propagação de conteúdos ideológicos e culturais, a elaboração de um cada vez mais complexo aparelho burocrático-administrativo, entre tantos outros condicionantes, que tiveram na atividade tipográfica um fator decisivo. Os avanços tecnológicos foram permitindo a crescente expansão dos prelos na Europa, anunciando-se um processo que tomaria proporções mundiais. Foram muitos os precursores da imprensa periódica, mas o desenvolvimento mais notório desta se daria mormente a partir do desencadear das revoluções liberais, desde o final do século XVIII e avançando ao longo do XIX, em verdadeiras ondas, que tinham por epicentro a Europa Ocidental, mas que se irradiariam de maneira extracontinental. A marcha revolucionária que representaria mais uma etapa de transições seria acompanhada *pari passu* pelo constante progredir da circulação de jornais.

No seio dessa conjuntura, a imprensa chegaria à América, primeiramente na hispânica e, já no século XIX, na portuguesa. À época colonial, as atividades tipográficas foram terminantemente proibidas no Brasil, por determinação da metrópole. Tal situação só viria a ser contornada com a transmigração da Família Real para o território colonial americano, de modo que a Corte lusitana, para atender suas próprias necessidades, tentou transplantar para os trópicos ao menos parte dos progressos e modernidades da dita civilização europeia, entre os quais a própria imprensa. Nascia assim, sob inspiração áulica, em setembro de 1808, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o periodismo em terras brasileiras. A gênese da imprensa brasileira, entretanto, constituiu um processo mais amplo, englobando a iniciativa de Hipólito José da Costa, que, em junho de 1808, passava a publicar o *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro, pois, ainda que editado em Londres, chegava até os portos coloniais e circulava clandestinamente por alguns centros urbanos do Brasil, levando em frente um ideário liberal e anticolonial.

Ao lado da imprensa áulica, passou a desenvolver-se na colônia portuguesa na América uma incipiente mas emergente ascensão das práticas jornalísticas. Com o avançar do período joanino e a preparação do processo emancipacionista, passaram a surgir periódicos que traziam à baila a discussão latente sobre os rumos do Brasil, quer seja, a manutenção da subordinação à metrópole ou a caminhada em direção à independência. Era o primeiro conflito discursivo de maior monta que se desenrolava na imprensa brasileira, no qual debatiam emancipacionistas

e colonialistas. A eclosão da Revolução do Porto, com a exigência do retorno de D. João, ficando o Brasil sob a regência de D. Pedro, e os intentos de recolonização do Brasil por parte das Cortes lusas constituiriam o cenário para um novo avanço do periodismo, trazendo com maior evidência o confronto das frentes políticas que vieram a ser denominadas partido brasileiro e partido português.

As ondas revolucionárias continuavam a alastrar-se pelo mundo ocidental e de uma delas resultaria o processo das emancipações da América Latina, inclusive a do Brasil. A luta pela independência deu-se também no campo discursivo, através dos jornais, até que se efetivasse a formação do Estado Nacional Brasileiro. Realizada em nome do liberalismo, a emancipação brasileira traria ao convívio das nações um novo país que acabaria por demonstrar bem a contento os avanços e limites das idéias liberais então em voga. O primeiro imperador, liberal à independência, mas que nascera sob a égide do absolutismo, logo passaria a revelar seu espírito autoritário, culminando com o fechamento da Assembléia Nacional Constituinte e a outorga de uma constituição centralizadora e concentradora do poder nas mãos do governante. Desde então, a maré revolucionária reiniciava sua ação no Brasil, tendo em vista as reações liberais em vários pontos do país. Mais uma vez seria a imprensa a voz ativa tanto de rebeldes quanto daqueles que pretendiam a manutenção do *status quo*.

Muitos jornais passaram a atacar firmemente a situação vigente, diante do que o imperador exigia um recrudescimento do controle das atividades jornalísticas. Mesmo assim, o turbilhão de insatisfação e rebeldia tornava-se irreversível, aumentando drasticamente a impopularidade de D. Pedro I, o que culminaria com a abdicação em nome de seu filho, em abril de 1831. Tendo em vista a menoridade do sucessor ao trono, a constituição previa que o país seria administrado por regentes, até que o novo imperador estivesse em idade de governar. Iniciava-se então o período regencial, momento em que a integridade territorial e institucional brasileira esteve em constante ameaça. Os liberais consideravam que a abdicação de Pedro I, por eles denominada Revolução de 7 de Abril, seria o momento decisivo da história do país, no qual, finalmente, o ideário liberal viria a orientar as práticas governamentais. Como isso não se confirmou de todo e os avanços em relação à Constituição de 1824 foram modestos, os liberais mais exaltados e os radicais republicanos passaram a fomentar uma série de rebeliões pelo país. Era mais uma das ondas revolucionárias que, da Europa, se espalhava pelo mundo ocidental. A imprensa, nessa época, passaria por um novo impulso quantitativo e qualitativo. Acompanhando lado a lado a irradiação das ondas de rebeldia, o periodismo se

consolidava no Brasil como veículo de difusão de informações e idéias.

A imprensa, que até então se concentrara em algumas das províncias brasileiras, passaria a ser praticada na maioria delas. No Rio Grande do Sul, esse processo seria inaugurado a partir de 1827 com a publicação do *Diário de Porto Alegre*, folha de inspiração oficial. Logo em seguida, o número de periódicos começava a crescer ao longo da província, na qual o ideário liberal passara a fomentar um cada vez mais ferrenho espírito de contestação ao modelo vigente, notadamente no que tange à liberalização política e à federalização do país. Nesse sentido, o clima que marcaria a fermentação, preparação e eclosão da Revolução Farroupilha seria extremamente propício à expansão das atividades jornalísticas. Ao lado da Balaiada, Sabinada, Cabanagem, entre outras, a Farroupilha constituiria o mais grave dos conflitos provinciais da época regencial. Começou como um movimento menos radical que pretendia, em nome dos “direitos das gentes” e do direito à revolução dos povos, o afastamento de um governante indesejado, e agravou-se no enfrentamento com as forças legalistas, culminando na ruptura institucional e no separatismo, com a formação da República Rio-Grandense.

A guerra que durou quase um decênio não foi travada apenas pelas armas, pois, ao lado destas, foram utilizados verdadeiros arsenais de palavras, constituindo-se, à parte do enfrentamento unicamente bélico, uma batalha de manifestos que teria no meio impresso um contumaz divulgador. Em todo o Rio Grande do Sul, desde os maiores centros urbanos até os mais longínquos rincões, circularam folhas impressas que sustentaram o conflito discursivo entre rebeldes e legalistas, de modo que a gênese da imprensa gaúcha esteve marcada de forma irretorquível pelas relações com o contexto revolucionário de então. Ocorreria um grande crescimento de atividades jornalísticas, uma vez que, numa localidade onde houvesse um jornal favorável a uma das partes em conflito, era natural que o grupo adversário também buscasse organizar sua folha de modo a combater o inimigo. Desse modo, num processo de ação e reação, o número de jornais circulando na província multiplicou-se desde a época pré-revolucionária e durante os primeiros anos da Revolução Farroupilha.

A imprensa rio-grandense nascia assim sob a égide do partidário, uma vez que os jornais tinham por característica essencial o engajamento partidário, buscando sustentar uma causa e derruir a do adversário. Os periódicos serviam à sustentação do confronto discursivo, demarcavam os estereótipos do aliado e do inimigo, do que era “o nosso” e o que era “dos outros”, numa perspectiva muitas vezes maniqueísta de apresentar aos leitores uma versão do “bem” e do “mal”.

O debate dava-se no campo político-ideológico, mas, por vezes, descambava para os ataques pessoais, em valia qualquer argumento para convencer a opinião pública sobre a justeza do lado que se buscava sustentar. O conflito no campo discursivo buscava assim legitimar as formas de agir e pensar do aliado, bem como deslegitimar as do adversário, de modo que rebeldes e legalistas se digladiariam à extenuação por meio do papel impresso.

Nessa época, as páginas dos jornais recendiam a pólvora e a chumbo, quase como nos campos de batalha, e o sangue também parecia correr pelo papel. A linguagem era forte e vibrante, muitas vezes direcionava-se mais à emoção do que à razão, no constante intento de promover a exaltação da opinião pública. As matérias editoriais, as transcrições de notícias e a publicação de manifestos eram notoriamente calcadas na intenção de incitar os espíritos em favor de uma das causas em jogo, não importando, por diversas vezes, os argumentos de ordem ideológica, utilizando-se, isto sim, um jogo de palavras que movesse os sentimentos dos leitores. Ao lado desse tipo de construção discursiva baseada na instigação de ódios e paixões partidárias, também se organizava uma prática doutrinária por meio da imprensa, objetivando a didática difusão dos princípios então em debate. Ocorria nessa época, por meio do periodismo, uma notável articulação de discursos que, emocionais ou racionais, tinham por única meta a vitória na batalha travada através das palavras, inaugurando-se uma tradição que se reproduziria em outros conflitos bélicos intraoligárquicos da história sul-rio-grandense.

Nesse sentido, os farroupilhas eram apontados por meio de sua imprensa como os propugnadores de uma causa justa, acima de tudo em nome da liberdade, enquanto os legalistas eram descritos como retrógrados, sebastianistas e conservadores. Por outro lado, os jornais legalistas consideravam estes como os defensores da ordem, enquanto os rebeldes eram qualificados como anarquistas e subversivos que desejavam corromper e destruir as instituições estabelecidas. A perspectiva dos periódicos voltava-se essencialmente para a questão dos temas provinciais, mas demonstravam conhecimento de causa ao debater a conjuntura nacional e internacional. Segundo os farroupilhas, o “espírito da revolução” se espalharia pelo país, pela América e pela Europa, e era seu desejo que a “liberdade” fosse a vencedora nos “dois mundos”, quer seja, no contexto americano e europeu; já os governistas propugnavam que a ameaça rebelde buscava espalhar-se pelo mundo, mas que este “mal” logo viria a ser controlado pelos adeptos da ordem institucional. Além do combate ideológico, os jornais, por vezes, baixavam o nível da discussão, levando o confronto para o campo do insulto, de

modo que o adversário chegava a ser descrito como figuras sanhudas, selvagens e sanguinárias que levariam a província à perdição.

Os dois lados do confronto bélico utilizavam-se também da imprensa para desmentir o inimigo. Dessa maneira, para os jornais farrapos ou legalistas, as folhas provenientes dos adversários estariam a desvirtuar a função da imprensa, ao omitir notícias, adulterar informações, ou mentir desbragadamente, com o intuito de enganar a opinião pública. De acordo com essa perspectiva, nas versões dos jornais, as batalhas sempre eram vencidas pelos aliados, que contavam baixas mínimas e infringiam aos adversários derrotas acachapantes e aniquiladoras. Seguindo esta modalidade discursiva, predominava uma prática essencialmente opinativa em detrimento do caráter informativo, pois, além dos longos enunciados em que o jornal deixava evidenciado seu posicionamento partidário, a própria divulgação de notícias era utilizada como arma de convencimento sobre a causa e os propalados sucessos de lado a lado. Era também intenção dos redatores das folhas demonstrar que o responsável pelas dificuldades advindas da guerra era sempre o inimigo, quer seja, para os legalistas, os culpados pela continuidade da luta eram os farroupilhas por terem anarquizado as instituições, ao passo que os farrapos imputavam a culpa pelo prosseguimento das lides bélicas aos governistas por insistirem na manutenção de um estado centralizador e concentrador de poderes. Nesse sentido, os jornais muito esforçavam-se para mostrar à população a destruição trazida pela guerra, a qual só terminaria, de acordo com o prisma do engajamento, se fossem exterminados os rebeldes ou se a revolução saísse vitoriosa.

Os jornais que circulavam nessa época eram de diminutas proporções, normalmente semanários, ou editados duas vezes por semana; na maioria dos casos tinham quatro páginas, a maior parte delas contendo matéria editorial, ficando o espaço restante destinado à transcrição de notícias e à divulgação de avisos normalmente de ordem comercial. Nessa época, as várias etapas da produção do jornal ficavam ao encargo de poucos homens, por vezes só um, de modo que não era incomum o proprietário atuar como redator, selecionador das notícias transcritas, além de colaborar na impressão e na distribuição. Normalmente os responsáveis pelos jornais, que se autodenominavam “escritores públicos”, guardavam algum tipo de relação direta ou indireta com um dos lados em conflito, de modo que seus periódicos, mais do que divulgadores das causas em luta, transformavam-se ou, às vezes, existiam exclusivamente, para organicamente sustentar um dos lados beligerantes.

Ainda que essa imprensa notadamente engajada não tenha sido

única no Rio Grande do Sul durante a Revolução Farroupilha, aparecendo folhas que buscavam certa neutralidade, ou ainda pairar acima dos grupos em conflito, estas tentativas constituíram exceções, raras e pouco perenes, diante de uma conjuntura predominante de periodismo partidarista. O constante avanço quantitativo/qualitativo da imprensa gaúcha perduraria desde a preparação da rebelião até os primeiros anos da década de quarenta, quando o desgaste material e humano tornava-se cada vez mais drástico no caso rio-grandense, de modo que as condições para a circulação de jornais ficavam bastante restritivas. Os resultados da guerra se faziam sentir em todos os campos da sociedade sul-rio-grandense e a imprensa também sofria com esses reveses. Somente a partir da pacificação do Rio Grande do Sul e da progressiva recuperação da província foi que novamente se abriu espaço para o desenvolvimento das atividades jornalísticas.

Dez anos de lutas acabariam por deixar raízes profundas, de modo que, pacificada a província, a reconstrução do Rio Grande do Sul no período pós-revolucionário constituiria um processo gradual que se deu nas mais variadas direções, fosse a material, a humana, a socioeconômica e mesmo a cultural, dentre as quais estariam as atividades jornalísticas. Um novo surto de periodismo se daria no contexto rio-grandense, surgindo uma imprensa renovada em relação à até então existente. Os jornais vinculados exclusivamente ao maniqueísta conflito discursivo tenderam a progressivamente deixar de circular. A discussão política não desapareceu dos jornais, entretanto passou-se por uma fase de certa suavização dos debates, além do que novas estratégias discursivas passaram a ser empregadas para difundir os preceitos partidaristas. Nesse sentido, viriam ganhar outras práticas jornalísticas que não apenas a político-partidária.

Os enfrentamentos partidários e pessoais não deixariam no entanto de existir na pauta da imprensa rio-grandense. Entre as conseqüências de dez anos de lutas, permaneciam ódios e paixões, aos quais outras motivações ainda viriam a ser acrescentadas com o passar do tempo. Uma das formas de manifestação desses conflitos de interesse se daria através da pasquinagem, modelo que mais escancararia o uso do jornal como arma de ataque ao adversário. Proliferaram pelo Rio Grande do Sul, num processo que se arrastaria até o final do século, inúmeros folhetos, geralmente anônimos, que utilizavam uma linguagem desabrida, chula e carregada de impropérios e até de palavras. Praticando um delito, de acordo com os padrões legais de então, quer seja o anonimato, os pasquins foram muitas vezes panfletos, com circulação irregular e vida extremamente fugaz. Seu maior objetivo era o ataque a um possível inimigo, de modo que sua edição prendia-se

exatamente ao intento de agredir o adversário, ou seja, encerrada sua meta, parava de circular. Além disso, a pouca longevidade dos pasquins vinculava-se às constantes perseguições sofridas, fosse por seu caráter ilegal, fosse porque muitas vezes os alvos eram as próprias autoridades públicas. As estratégias discursivas dessas folhas eram escancaradamente deslavadas e perpassavam pelo título, pelo cabeçalho, pelo dístico e chegavam ao texto, incisivo e direto na sua intenção do detratar, criticar ou ainda destruir a imagem do adversário, não só no que tange à sua vida pública, mas buscando atingi-lo em sua privacidade.



A imprensa suja suas mãos na lama, ao abordar temas da vida privada (*O Figaro*. Porto Alegre, 26 jan. 1879).

Progressivamente a imprensa gaúcha passaria por certa diversificação em suas atividades. Nessa conjuntura, surgiriam as folhas literárias, cujas propostas ligavam-se à propagação da cultura e do entretenimento. Esses jornais buscavam a difusão da leitura de clássicos da literatura, bem como abriam espaço para textos em prosa e poesia de autores regionais. Numa época em que a edição de um livro era complexa e de difícil realização, os periódicos literários serviam como veículo para a divulgação das obras de escritores sul-riograndenses, alguns dos quais se tornariam verdadeiros cânones da literatura gaúcha. Era comum entre vários dos jornais literários a publicação na forma de fascículos, de modo que o leitor poderia colecionar cada uma das edições, resultando ao final de um período,

normalmente um ano, uma obra completa, cuja leitura tendia a reproduzir-se ainda por certo tempo, ampliando-se o público atingido.

O avanço que o periodismo atingiria no quadro gaúcho à metade do século XIX daria vazão ao surgimento de algumas das mais tradicionais e longevas folhas rio-grandenses. Ocorreria então a gênese dos jornais diários, com uma razoável organização estrutural e tipográfica, circulação e distribuição regular e perenidade em suas propostas editoriais. Esses periódicos possuíam escritórios e oficinas próprios, bem como um certo número de funcionários, constituindo empreendimentos empresariais e comerciais, ainda que de pequena monta, normalmente ligados a negócios individuais, familiares ou de pequenos grupos. Normalmente apresentando-se como folhas noticiosas, comerciais e literárias, os jornais diários buscavam permitir ao público uma leitura diversificada que incluiria, além da matéria editorial, normalmente de caráter opinativo, o segmento noticioso, as matérias de interesse econômico, bem como as seções culturais, literárias e de entretenimento. Os anúncios passavam a ser uma característica das folhas diárias, avançando progressivamente até chegar a ocupar mais da metade das páginas das publicações, e garantiam uma outra forma de amealhar rendimentos além da venda de assinaturas e números avulsos. A imprensa atingia nessa época lugar de destaque na província, mormente em virtude do aprimoramento tecnológico que permitia a expansão do número de exemplares e, por conseguinte, de leitores.



O jornal não servia apenas à leitura individual, de modo que seu conteúdo expandia-se através dos comentários sobre aquilo que estava escrito (*O Figaro*. Porto Alegre, 27 out. 1878).

A suavização dos debates partidários nos jornais deu-se também pelo próprio contexto político nacional e regional. Após a antecipação da maioria e a eliminação dos últimos focos revolucionários, o país entraria numa fase de estabilidade política e econômica. Além disso, nessa época o Brasil se envolveria numa série de conflitos bélicos externos, em busca da hegemonia subcontinental, com destaque para as guerras contra os vizinhos platinos. Por ocasião das diversas questões platinas, se desenvolveria uma série de práticas conciliatórias e de coligação entre as frentes partidárias, uma vez que, diante do inimigo estrangeiro em comum, seria necessária a mais plena possível unidade nacional para garantir o enfrentamento com esse adversário. Essas políticas de aproximação entre as diferentes greis partidárias trouxe certa calma às folhas impressas que, na grande maioria dos casos, também se associariam aos constantes esforços de guerra, ainda mais no Rio Grande do Sul, uma frente de constante atrito com os países limítrofes. Durante os primeiros anos da Guerra do Paraguai, a mais grave e duradoura das questões platinas, permaneceria esse espírito de mobilização dos jornais em torno de uma causa em comum.

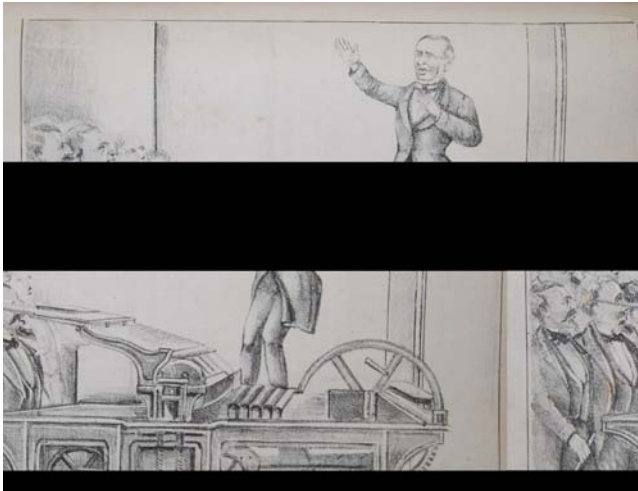


A mobilização para a guerra, representada pela preparação militar de um redator e seu auxiliar que fazem exercícios, prontos para engajar-se no esforço concentrado então vigente (*A Sentinella do Sul*. Porto Alegre, 27 out. 1867)

A duração do confronto bélico além do esperado, no caso da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, levaria a um desgaste na

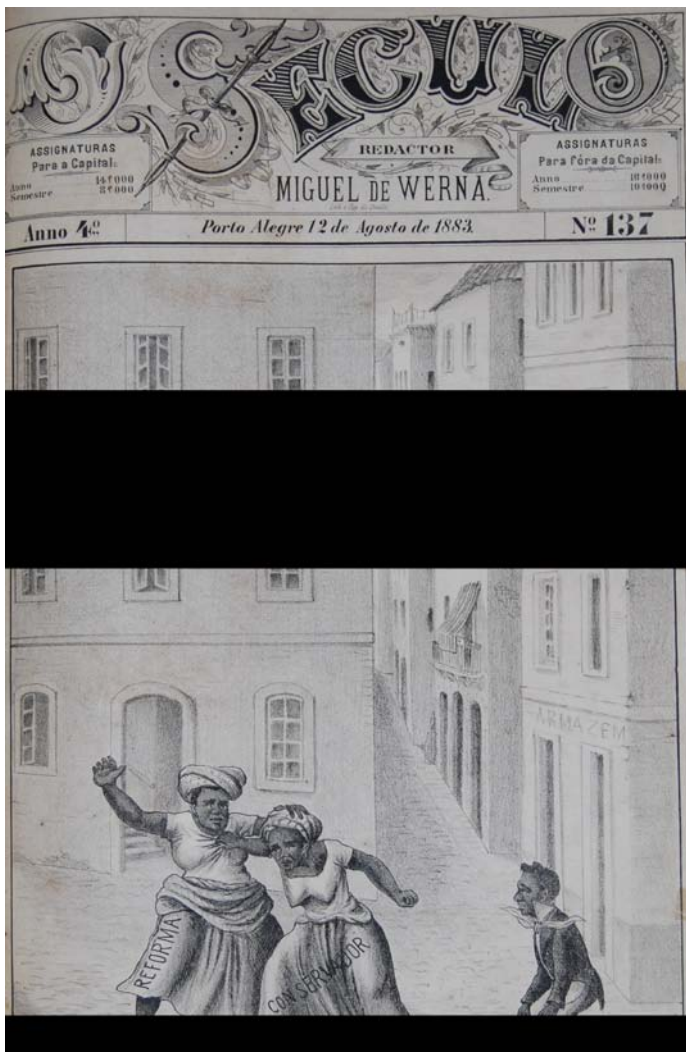
Monarquia Brasileira, a qual começaria a passar pelos primórdios do processo que redundaria na sua crise final. Por ocasião da falta de soluções na guerra contra o país guarani, o imperador promoveria a inversão partidária de 1868, apeando os liberais e levando à ascensão dos conservadores ao poder. Essa mudança de partidos constituiria um momento de inflexão na vida política nacional, uma vez que, a partir de então, os desentendimentos entre os partidos passariam a agravar-se cada vez mais, num quadro em que, durante o decênio conservador, os liberais iriam aprofundar o espírito reformista de seu programa, ao passo que os mais radicais passariam a defender a ruptura com a forma monárquica, surgindo na esfera nacional o movimento republicano. A maioria dos jornais havia acompanhado o remanso político do II Reinado, embora alguns chegassem a criticar a falta de unidade ideológica nas frentes de coligação partidária até então em voga, reivindicando a ação de conservadores e liberais “puros”. A inversão de 1868, entretanto, significou também uma virada para a imprensa, uma vez que o debate partidário voltaria à ordem do dia nas páginas dos periódicos.

As agremiações partidárias passavam a enfrentar-se mutuamente por meio dos jornais, que assumiam posturas que iam da aproximação, à simpatia, ao engajamento propriamente dito, até culminar com a assumida feição de órgão partidário. Os periódicos variariam seus comportamentos e estratégias discursivas, mas, em sua grande maioria, demonstrariam desde afeição até uma convicta e doutrinária pregação partidária. Nesse sentido, a imprensa voltava a ser, com maior ênfase, o veículo de propagação das disputas entre os partidos, entabulando-se uma outra etapa de conflitos discursivos por meio dos jornais. As grandes discussões brasileiras de então, resumidas nas questões envolvendo as chamadas reformas nacionais, encontraram nas páginas impressas seu maior meio de difusão, de modo que o escravismo, o sistema eleitoral, o poder moderador, o senado vitalício e a própria forma de governo foram apenas alguns dos temas debatidos à exaustão com a tinta dos periódicos.



A apropriação da imprensa pelo partidarismo, representada pelo político que discursa sobre o prelo para atenta platéia (O Diabrete. Rio Grande, 17 out. 1880).











Por vezes o debate entre os jornais tornava-se tão áspero que se chegava a compará-lo a uma discussão de baixo estofa, no caso simbolizada por bate-boca (*O Diabrete*. Rio Grande, 14 nov. 1880) e brigas entre escravas (*O Seculo*. Porto Alegre, 14 dez. 1884); acusava-se a imprensa de envolver-se nas questões pessoais, enlameando-se nos assuntos de ordem privada (*O Figaro*. Porto Alegre, 19 jan. 1879); apresentava-se a “dama/imprensa” chorando sobre o simbólico túmulo de um jornalista que teria se excedido em sua conduta (*Cabרון*. Pelotas, 18 jul. 1880); ou ainda chegava-se a sugerir a falta de crédito de certas folhas tendo em vista a supremacia do opinativo sobre o informativo (*O Seculo*. Porto Alegre, 12 ago. 1883)

Num primeiro momento, os debates por meio dos jornais concentraram-se mormente nas disputas entre liberais e conservadores que mais uma vez passaram a estabelecer um confronto de cunho discursivo, num constante processo de legitimação dos partidários e deslegitimação dos adversários. Para os liberais, que se consideravam defensores da liberdade e da implementação das reformas necessárias ao país, os conservadores seriam homens atrasados, retrógrados e anacrônicos em relação aos novos tempos e, portanto, não possuíam as soluções necessárias para corrigir os males do país. Já os conservadores, que se reputavam como os defensores da ordem, da tranqüilidade pública e das reformas paulatinas e bem-pensadas, acusavam os liberais de quererem a ruína do país através de transformações improvisadas e irrefletidas, permanecendo a imputação da pecha de anarquistas e revolucionários, tendo em vista os movimentos que sacudiram o Brasil algumas décadas antes. Na concepção dos representantes dos partidos expressa através dos

jornais, os adversários nunca tinham qualquer condição de ocupar o aparelho do Estado, por falta de patriotismo, deixando-se levar pelos interesses privados, por não possuírem quadros qualificados, por incapacidade administrativa, por não contarem com o apoio da opinião pública, por faltarem com a verdade, por serem mal-intencionados, por serem dilapidadores do patrimônio público, entre outras tantas supostas razões.

A cada uma das inversões partidárias que se desencadeariam a partir de então, recrudesceria o debate partidário por meio dos periódicos. Cada jornal convivia intrinsecamente com os efeitos das inversões, que iam desde mudanças no modelo administrativo imperial, até as famosas derrubadas, que recompunham os quadros do funcionalismo público ao longo do país, de modo que as modificações, de ordem estrutural ou circunstancial, eram sentidas desde o contexto nacional, passando pelo regional e chegando ao local. Além dos conflitos entre liberais e conservadores, a imprensa também serviria à difusão do ideário emanado do movimento republicano que propunha a ruptura com a forma monárquica, desde os anos 1870 no contexto brasileiro e a partir da década seguinte no rio-grandense. Houve entre os republicanos gaúchos enorme preocupação com a estruturação partidária, ainda mais tendo em vista a pouca representatividade eleitoral, e, para sua afirmação, o periodismo foi usado como arma indefectível. À medida que se agravava a crise da monarquia brasileira, mais serviam os jornais para apontar os percalços que a afligiam.

Tanto os jornais diários quanto a pequena imprensa serviriam assim muito a contento para difundir os enfrentamentos partidários. As estratégias discursivas é que variaram na exposição das convicções. Muitos dos diários, normalmente considerados como representantes da imprensa denominada de séria, expunham-se mais abertamente em períodos mais ou menos específicos, notadamente durante processos eleitorais ou à época de inversões partidárias, buscando manter certo equilíbrio entre a manifestação mais explícita de suas convicções e seus interesses de sustentação financeira. Mesmo assim, o engajamento partidário esteve latente e pronto para vir à tona, havendo diários mais diretamente partidaristas e outros que intentavam mesclar seu partidarismo com suposta e/ou propalada independência e neutralidade. Já a pequena imprensa daria vazão natural às discussões de cunho partidário, opinando sem peias diante das realidades políticas que encontrava pela frente.

A pequena imprensa aparecia assim para ocupar um espaço no periodismo brasileiro e gaúcho não contemplado pelo norte editorial dos jornais diários. Convicta de suas discrepâncias em relação à imprensa

dita séria, normalmente sustentadora de uma univocidade discursiva representada por um geralmente monolítico comportamento editorial, a pequena imprensa abusava de ser diferente, constituindo verdadeiro paradoxo discursivo, prenhe em ambigüidades editoriais. Distinguindo-se dos diários, cuja preocupação com a estruturação financeira era, por vezes, gritante, os representantes da pequena imprensa, normalmente não contando com o incentivo do material publicitário, abriam suas páginas para estratégias discursivas as mais amplas, com destaque para o caráter opinativo, visando a que sua sustentação se desse exatamente no interesse do público em adquirir suas assinaturas ou ao menos exemplares avulsos, ao divulgar o inusitado, o diferente e o pouco comum em relação aos jornais denominados de “sérios”.

Alguns dos mais importantes representantes da pequena imprensa sul-rio-grandense foram os jornais caricatos. Reproduzindo um fenômeno que se espalhava pelos maiores centros urbanos do país, a caricatura atingia enorme popularidade, agitando em muito a sociedade de então. Nas maiores cidades gaúchas, o impacto dos semanários caricatos era formidável, provocando verdadeiro rebuliço nas provincianas comunidades rio-grandenses. Sem maiores peias, esse gênero jornalístico, opinativo por natureza, usava com maestria a ironia, o bom humor e a crítica ferina, cáustica e inteligente, notadamente a de cunho político, a moral e a de costumes. Grande parte da popularidade dos caricatos advinha da utilização da imagem, recurso não existente nos demais tipos de publicação e extremamente atrativo a uma parcela maior da população, chegando a atingir, ainda que indiretamente, inclusive os não-letrados. Mesmo mantendo um norte editorial baseado na sátira, os caricatos consideravam-se como defensores da moral e dos bons costumes, buscando distinguir-se da pasquinagem, além do que arguiam atuar como moralizadores da vida em sociedade, preocupando-se em denunciar os possíveis desvios e mazelas de ordem social. Ainda que humorísticos, os hebdomadários desse gênero discutiam largamente conjunturas e contingências da vida nacional, regional e local, reproduzindo as realidades vivenciadas sob um prisma caricatural. Nesse sentido, muito do cotidiano de então, das piadas, dos trocadilhos, dos ditados populares e, enfim, das conversas das esquinas, dos bares e até da intimidade dos lares, encontravam eco nas páginas dos caricatos, que as absorviam e abordavam abertamente.



O caráter moralizador da imprensa caricata demonstrado através da "dama/imprensa" que, empunhando arco e flecha, atinge um periodista detrator (A Ventarola. Pelotas, 28 abr. 1889).





O bobo da corte encontra a imprensa (*A Ventarola*. Pelotas, 5 maio 1889) e prepara-se para escrever e desenhar, “afiando” sua pena (*O Seculo*. Porto Alegre, 29 jun. 1884). O bobo da corte foi a representação mais comum do periodismo caricato, uma vez que simbolizava bem o espírito desse gênero de imprensa, ou seja, ele é aquele que diz em tom duro as coisas agradáveis e em tom jocoso as terríveis.

Assim, ao lado dos representantes do periodismo diário, caracterizado, em geral, por vida bastante longa, circulou em várias localidades gaúchas um sem-número de jornais de formato reduzido, distribuição irregular e normalmente de circulação pouco perene. Além

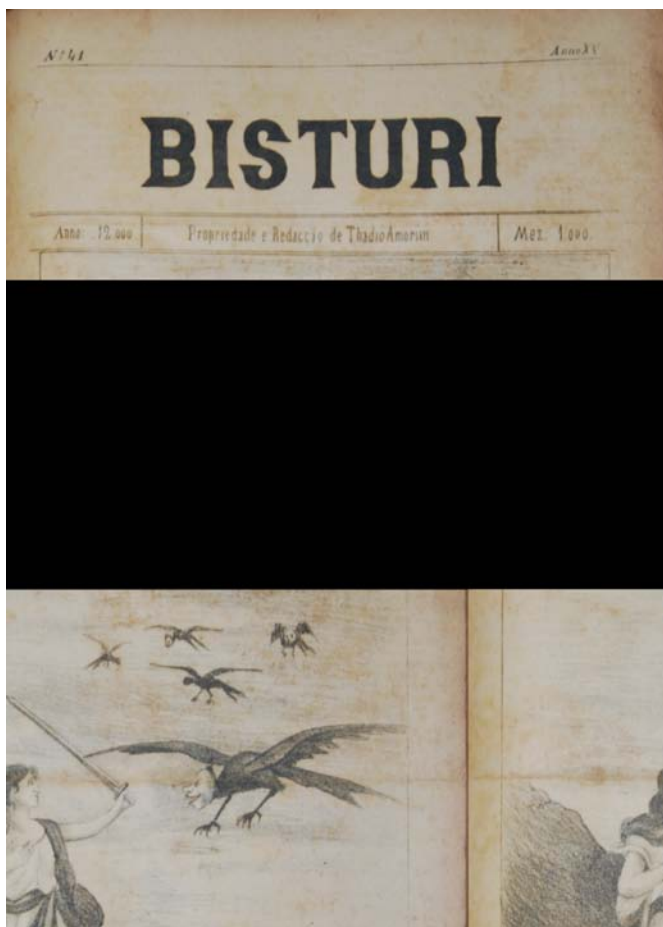
dos caricatos, vários outros gêneros compuseram a pequena imprensa sul-rio-grandense, com destaque para os literários e pasquins que continuaram a ser editados, além de jornais que representavam segmentos específicos da sociedade, como trabalhadores, grupos religiosos, representantes das diversas colônias estrangeiras, setores ligados às atividades produtoras, entre outros, cada qual com um norte editorial peculiar, visando mormente a atingir certa parcela da população. Estabelecia-se então um significativo processo de especialização da imprensa gaúcha, desenvolvendo-se folhas direcionadas a um público-alvo específico. A idéia fundamental permanecia a mesma: oferecer alternativas aos tradicionais padrões editoriais da imprensa diária.

A mudança na forma de governo representaria mais um ponto de inflexão no desenvolvimento da imprensa sul-rio-grandense. Muitos dos jornais até então existentes estavam plenamente coadunados com o jogo partidário imperial, normalmente mantendo relações de simpatia ou pleno engajamento com os partidos existentes. A partir do 15 de Novembro se daria uma ruptura nesse modelo de disputa partidária e vários daqueles jornais tiveram de buscar adaptar-se à nova realidade. No caso do Rio Grande do Sul, onde as disputas entre os que foram apeados do poder e aqueles que dele se apropriaram a partir da proclamação da nova forma de governo foram as mais acirradas, a desorientação de muitos periódicos foi notória. As incertezas da política, em muitos casos, faziam com que os inimigos de ontem passassem a ser os aliados de amanhã, levando os redatores das folhas a recorrer a constantes alterações em suas estratégias e, por vezes, a verdadeiras alquimias discursivas em busca de orientar-se naquele oceano de indefinições.

Além das hesitações advindas dos tortuosos cursos da vida política, o periodismo viria a sofrer com um dos períodos de maior cerceamento à liberdade de expressão da formação histórica brasileira e sul-rio-grandense. Em contraste com a época de amplas liberdades individuais como o fora em grande parte o II Reinado, os anos iniciais da República foram de profunda coerção à expressão do pensamento. Mesmo que muitas das lideranças republicanas tenham se utilizado em larga escala do direito à liberdade de imprensa para atacar com veemência a forma decaída em 1889, uma vez no poder, muitos destes indivíduos recusaram-se a conviver com a crítica, promovendo legislações extremamente coercitivas e ferrenhas perseguições às atividades jornalísticas. Em nome da “salvação da República”, os novos detentores do poder não pouparam esforços no sentido de amordaçar o periodismo, retirando a seiva editorial de muitas das folhas que se negavam a simplesmente ser seguidoras dos governistas.

Ainda em dezembro de 1889, os governantes republicanos publicariam seu primeiro decreto restritivo à imprensa, sob o argumento de que toda a nação aceitara os atos da “revolução de 15 de Novembro” e que seria papel dos detentores do poder não permitir o avanço dos inimigos dessa causa. Em verdade, não fora aceitação plena e sim conformismo o espírito que recepcionara a nova forma de governo, a ponto de ter sido lapidada a clássica expressão “os bestializados da república” para representar as formas de reação (ou falta delas) da população diante dos episódios de novembro de 1889; além disso, os inimigos do “novo regime” não eram necessariamente restauradores, e sim, muitos deles, discordantes do modelo autoritário de que se impregnava a nascente república. Ainda assim, o decreto de dezembro de 1889 era colocado em prática, prevendo drástica punição aos possíveis implicados em divulgar qualquer pregação questionadora à nova forma de governo no meio militar. Não satisfeitos com tal medida, em março de 1890, através de outro decreto, os governistas ampliavam a abrangência do anterior, direcionando suas punições tanto aos militares quanto à população em geral.

Os jornais receberiam golpes diretos a partir destas legislações restritivas, às quais somava-se uma série de outras medidas coercitivas, como a censura, o acompanhamento muito próximo das autoridades públicas, os constantes chamados dos redatores e responsáveis pelas folhas para prestar contas à polícia, além de outras ainda mais radicais, como as ameaças, o aprisionamento, o empastelamento e até os assassinatos. Muitas folhas não se conformavam com aquele tratamento, manifestando-se abertamente contra as determinações restritivas, no que se convencionou denominar de “lei da rolha”. As principais reclamações se davam no sentido de que as medidas de coerção e punitivas direcionavam-se somente aos jornais ditos oposicionistas, neutros ou independentes, não sofrendo em nada as publicações governistas. Os atos que coibiram o periodismo de então tinham sérios efeitos sobre a imprensa, pois além de uma interferência de ordem ideológica, quer seja, proibir que um jornal se manifestasse ou ao menos noticiasse livremente, eram criados atos que obstaculizavam a sua circulação, havendo inclusive, em muitos casos, interrupção, fenômeno que trazia em si a possibilidade da perda de credibilidade dos periódicos, ainda mais aqueles que tinham por característica a regularidade na distribuição.



Descrita como gladiadora honesta a “deusa/imprensa” buscava enfrentar a golpes de espada aqueles que queriam lhe tolher a marcha luminosa, demarcando a vontade do periodismo em resistir ao clima coercitivo que o afligia (*Bisturi*. Rio Grande, 18 out. 1891).

À medida que os governantes republicanos consideravam que a situação política se estabilizava, ocorreria, ainda que breve, um abrandamento ao cerceamento da liberdade de expressão. A própria Constituição previa a plena liberdade de imprensa, mas esse dispositivo muitas e muitas vezes seria simplesmente deixado de lado. No Rio Grande do Sul, as ameaças ao periodismo eram ainda mais graves, tendo em vista a crise política que se avolumava. O desacerto entre os novos donos do poder que buscavam consolidar um projeto de

perpetuação no governo, calcado no exclusivismo partidário, e os antigos poderosos que foram alijados de suas posições tornava-se cada vez mais ferrenho, desenvolvendo-se um rastilho de pólvora que acabaria por redundar na deflagração de mais uma guerra civil. Era a Revolução Federalista, em que se enfrentaram os governantes republicanos, seguidores de Julio de Castilhos, e as várias facetas oposicionistas compostas por antigos liberais e conservadores, que viriam a ser conhecidos como federalistas, além de vários dissidentes republicanos. Mais uma vez a imprensa serviria a contento como arma ideológica dos grupos que se enfrentavam, estabelecendo-se novo conflito discursivo entre castilhistas, federalistas e dissidentes, cada qual possuindo, em várias das localidades gaúchas, seus respectivos periódicos que defendiam ardorosamente os aliados e atacavam com ferocidade os inimigos.

Como à época da formação do Estado Imperial Brasileiro, agora na edificação do Republicano, o Rio Grande do Sul aparecia como foco de instabilidade, de modo que, tal qual nos campos gaúchos, os jornais respingavam sangue, em uma nova batalha de palavras promovida por meio de suas páginas. Mas o espírito coercitivo das autoridades governamentais não tinha sido abandonado e, justificando-se a partir das agitações oriundas da Revolução Federalista somada à Revolta da Armada, os governistas passaram a executar uma política de amplo cerceamento à liberdade de expressão, cuja culminância se daria com a publicação de decreto em outubro de 1893, que, mais uma vez em nome da “salvação da República”, coibia a liberdade de imprensa. Dessa vez, no entanto, a arbitrariedade atingia seus píncaros, ficando os jornais impossibilitados de divulgar qualquer tipo de notícia sobre a guerra que não tivesse por fonte as autoridades governamentais. Esse decreto de outubro de 1893 constituiria verdadeiro divisor de águas, uma vez que a partir dele os jornais sofreram a máxima opressão, obrigando-se a calar ou serem calados pela íntima vigilância policial. Como já era praxe, a coerção não se fazia sentir junto às folhas governistas que apresentavam a sua versão para os fatos de então. Muitos periódicos chegaram a tentar reagir, mesmo que simbolicamente ou ainda nas entrelinhas, como ao ironicamente afirmar que havia plena tranqüilidade no estado, ou ao editar colunas em branco ou com grandes pontos de interrogação, demonstrando que muito havia a ser dito, mas que a eles era proibido dizê-lo, representando assim a idéia de que o silêncio discursivo também poderia ter uma significação. Ainda assim, as folhas não-governistas sofreriam drásticas conseqüências a partir de então, algumas delas irreversíveis, uma vez que lhes fora tirado muito de sua seiva editorial. As recuperações foram extremamente

difíceis, muitos periódicos tiveram suas circulações proibidas à força, outros interromperam a edição à espera de melhores condições, outros ainda simplesmente viriam a desaparecer.



A imprensa sendo destruída por uma manopla, símbolo do poder e da repressão governamental (Bisturi. Rio Grande, 12 fev. 1893).

Após quase três anos de intensos combates em mais uma de suas guerras civis, fruto das disputas intraoligárquicas, o Rio Grande do

Sul passaria por outro processo de pacificação e de reconstrução material e humana. Os ódios e paixões partidárias, entretanto, não foram aplacados com o fim do confronto; ao contrário, foram agravados, originando-se uma tradição de enfrentamentos que marcaria praticamente toda a história gaúcha ao longo da República Velha e que teria nos jornais, outra vez, seu mais importante veículo de propagação. Ao lado da continuidade de um periodismo que dava voz às disputas político-partidárias, uma mudança estrutural passava a ocorrer no jornalismo sul-rio-grandense a partir da virada do século XIX. Nessa época, em 1895, surgiria o *Correio do Povo*, folha que viria a constituir o protótipo do jornalismo que se anunciava. Trazendo inovações tecnológicas e buscando ampliar consideravelmente sua tiragem, o *Correio* progressivamente deixaria de ser uma folha exclusivamente porto-alegrense, expandindo sua circulação para várias localidades do interior, vindo, inclusive a concorrer com os periódicos locais. Além disso, desde a sua gênese o *Correio do Povo* buscou sustentar uma propalada independência e neutralidade, diante dos latentes e tradicionais conflitos inerentes à política rio-grandense, inaugurando uma prática que se tornaria lugar comum no porvir. Ao intentar apresentar um norte editorial diferenciado e mudanças estruturais significativas, o *Correio* marcaria os primórdios da virada que estava por acontecer na imprensa gaúcha e brasileira, com a afirmação do jornalismo dito empresarial que viria, na centúria seguinte, e, através de constante consolidação, a redundar no estabelecimento da chamada grande imprensa.

Assim, a imprensa gaúcha do século XIX teve a sua gênese fortemente vinculada ao espírito partidário de um engajamento explícito, passando por constante diversificação e especialização de suas folhas, resultando desse processo desde um grande número de jornais diários, longevos e regulares, representantes da imprensa dita séria, até uma enorme quantidade de representantes da pequena imprensa, envolvendo pasquins, caricatos, literários, entre tantos outros gêneros. Cada um desses jornais assumiria uma formação discursiva que nortearia seu caráter editorial, uma vez que foi inerente à sua ação a reprodução de uma dada faceta da realidade ocorrida, quer seja, a sua versão para os fatos. Ao construir um discurso, cada jornal construía a sua própria verdade, visando a transpor para o mundo do leitor a sua perspectiva dos acontecimentos, de modo a cumprir o papel da imprensa, ou seja, imprimir hábitos e costumes, formas de pensar e agir, padrões de consumo, entre outros fatores. Constituía-se então, no que tange ao periodismo, um conjunto de interações mútuas, pelas quais a imprensa influenciava a sociedade, mas também sofria a influência

desta, demarcando-se um constante processo dialógico que bem caracterizou as relações extra, intra e interdiscursivas nas práticas jornalísticas de então.



A imprensa, contra a vontade de seu interlocutor, garante que socorreria o povo, não permitindo que ele morresse à míngua, ao amamentá-lo com a verdade (*Marui*. Rio Grande, 9 jan. 1881).

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, P.; TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALMEIDA, João M. Pio de. Gênese da imprensa no Rio Grande. *A Federação*. Porto Alegre: 7 set. 1922. p. 11-12.

ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Revista Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, v. 6, n. 1, p. 245-257, 1999.

ALVES, Francisco das Neves. A imprensa. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Orgs.). *História do Rio Grande do Sul - Império*. v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 351-372.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. 2 v.

BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

CEZAR, João José. Notas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Anuário da Província para o ano de 1885*. Porto Alegre: Ed. Gundlach & Cia. Livreiro, 1884. p.188-200.

EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, Associação Rio-Grandense de Imprensa, 1977.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

FORTES, Gabriel Borges. *Imprensa gaúcha: 150 anos*. Porto Alegre: SAMRIG, 1976.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HOBSBAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LOURENÇO, Agostinho José. Imprensa rio-grandense. *A Federação*. Porto Alegre: 1 jan. 1923. p. 1-2.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, EDIPUCRS, 1994.

MELLO, Tancredo Fernandes de. Os primeiros jornais do Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1905*. Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia. - Livraria Universal, 1904. p. 129-137.

MELLO, Tancredo Fernandes de. A imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1907*. Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia. - Livraria Universal, 1906. p. 161-176.

OLIVEIRA, João de. Estatística dos jornais que se têm publicado no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1897*. Pelotas: Echenique, Irmão & Cia. - Livraria Universal, 1896. p. 231-239.

PORTO, Aurélio. Fundação da imprensa rio-grandense. In: *Terra Farroupilha*. Porto Alegre, 1937. p. 216-236.

REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: o Rio Grande Antigo*. v. 2. Canoas: Ed. Regional, 1956. p. 241-264.

REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 101-124.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul.

In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1900*. Rio Grande: Editores Carlos Pinto & Comp. - Livraria Americana, 1899. p. 231-257.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1983. p. 26-35.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. v.13. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1985. p. 116-135.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SCHNEIDER, Edgar Luiz. Imprensa sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 81-101.

SILVA, Jandira M. M. et al. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Scylla Soares da Silva e. A evolução da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Ed. Kosmos, 1942. p. 299-302.

VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

